O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO XI - Nº 84 - JUNHO DE 2017 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

NOVOS CAMINHOS

Programa conquista Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC

FOTO: HERALDO CARNIERI

PÁG. 6

ESMESC

Especialistas debatem formação humanística e novo CPC

PÁG. 4

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória da Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Schaefer

CONTRACAPA

JOINVILLE

Situação do presídio é debatida em sessão na ALESC

PÁG. 8

EDITORIAL

Preparação para a Magistratura

A Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC) realizou, nos dias 23 e 24 de junho, mais uma edição do seu já consagrado Encontro Estadual de Alunos. Temas como direitos humanos, iniciativas na área sócioeducativa, acesso à Justiça, controle de convencionalidade e aspectos do novo Código de Processo Civil integraram uma rica programação criada especialmente para integrar Magistrados, Docentes, Alunos e egressos dos módulos da Sede, em Florianópolis, e das Extensões pelo Estado.

Criada em janeiro de 1985, pela diretoria da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a ESMESC iniciou suas atividades em 28 de julho de 1986. No decorrer de seus 30 anos, a ESMESC, além da oferta regular de seus cursos de preparação de candidatos à carreira da Magistratura, realiza eventos e cursos de aperfeiçoamento, dos mais diversos conteúdos, em prol da formação continuada dos operadores do Direito. Assim, a Escola confirma também o seu papel de colaboradora para valorização dos profissionais do sistema judicial, bem como desenvolve sua missão educadora no sentido de aproximar a Magistratura da sociedade.

Desde 2006, a ESMESC conta com um novo projeto pedagógico, cujo curso está dividido em três módulos: Módulo I, Módulo II e o Módulo III, este configurado na Residência Judicial. O primeiro tem como propósito recapitular o conhecimento adquirido no período de graduação; o segundo, alia conhecimentos teóricos com ensinamentos práticos; e o terceiro, é essencialmente prático, cujo aprendizado se dá diretamente no gabinete de um Magistrado orientador. Desde sua criação, quase cinco mil alunos concluíram o Curso de Preparação para Magistratura Catarinense. Dentre eles, mais de 268 ex-alunos já se tornaram Magistrados.

> (...) a Escola confirma também o seu papel de colaboradora para valorização dos profissionais do sistema judicial

Inegavelmente, a ESMESC segue cumprindo o seu papel na formação de futuros Magistrados. Mais do que preparar os bacharéis em Direito para o concurso, a Escola preocupa-se também em repassar aos candidatos ensinamentos valiosos que vão ajudar na sua formação humana e como cidadão. O que certamente contribui para manter a Magistratura catarinense entre as melhores do País.

[MEMÓRIA]

FOTO: ARQUIVO AMC

Grupo de pensionistas da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juntamente com a coordenadora de Eventos, Andrea da Silva, em um dos muitos eventos organizados pela entidade.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social
Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano IX - nº 84 - Junho de 2017

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição
Fabrício Severino
Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico
Karina Schovepper

Colaboração
Assessoria de Imprensa do TJ/SC

ARTIGO

Pilares da democracia

Antonio Augusto Ubaldo
Juiz de Direito e Diretor do Departamento de Comunicação da AMC

Os últimos acontecimentos na nossa República conduzem à certeza de que, pela primeira vez, vivenciamos um estado de inegável afirmação da nossa democracia. Por mais espantoso e chocante que possa parecer o quadro político atual, há, sim, motivos para ter esperanças e acreditar no surgimento de um novo país. A começar pelo relevante papel que vem sendo cumprido pelas nossas instituições democráticas, que a cada dia dão mostras inequívocas do seu comprometimento com esse novo momento.

Desde a investigação dos casos, passando pela firme atuação da Justiça no julgamento das questões que lhe são afetas, até a cobertura feita pelos meios de comunicação, temos observado todo um conjunto de ações que estão sendo colocadas em prática, com o objetivo de promover a maior devassa na vida política do país e, a partir daí, por fim à promiscuidade nas relações entre os interesses público e privado. Não há duvida de que esse processo de depuração, que não tem poupado nenhuma grande figura pública ou privada, é um sinal claro de que estamos rumo à verdadeira ordem que nossa bandeira menciona.

Não há duvida de que esse processo de depuração, que não tem poupado nenhuma grande figura pública ou privada, é um sinal claro de que estamos rumo à verdadeira ordem que nossa bandeira menciona.

Este novo momento autoriza algumas reflexões sobre princípios e valores da nossa República, protegidos pela nossa Constituição: a força da democracia, que permite ao povo manifestar a sua capacidade de indignação; a necessidade da liberdade responsável de expressão, para que os jornalistas possam jogar luzes sobre os fatos que acontecem no dia a dia da nossa República; e o valor da independência e das garantias para as carreiras de Estado, que dão condições a Juízes, promotores de Justiça e a polícia para enfrentar o poder das organizações criminosas.

Ao atravessamos este período de amadurecimento democrático, cabe a cada um de nós focar naquilo que é importante para termos uma Nação mais justa, igualitária e voltada à proteção, respeito e bem estar de todos os cidadãos. E tudo isso passa pelo fortalecimento das nossas instituições, as quais, insisto, têm demonstrado a este país que sua reconstrução em bases muito mais justas é possível.

■ **HOMENAGEM** - O Órgão Especial do TJ/SC deferiu, no dia 7/6, por unanimidade, o pedido de aposentadoria da Juíza Vera Regina Bedin, atual titular da 1ª Vara Cível da comarca de Itajaí.

Natural de Chapecó, sua dedicação à atividade judicante e sua preocupação com os jurisdicionados ajudaram a construir uma sólida e brilhante carreira na Magistratura catarinense, honrando e orgulhando todos os seus colegas nesses mais de 30 anos de judicatura.

Ao encerrar tão valioso ciclo, a AMC rende as suas sinceras homenagens à ilustre Juíza Vera Bedin e, uma vez mais, lança agradecimentos pelos relevantes serviços prestados em favor da Justiça e da Sociedade.

Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

DOS SUMÉRIOS AO SÉCULO XXI

As pesquisas arqueológicas não deixam dúvidas de que o vinho – e logo depois a cerveja – é a mais antiga bebida alcoólica elaborada pelo homem. Tirante a lenda de Noé, foram encontrados restos de ânforas de vinho em ruínas da civilização suméria de dez mil anos atrás. O Oriente Médio, portanto, foi o berço da cultura enológica, daí se espalhando para a Ásia Menor, o Norte da África e a Europa.

Em que pese a rusticidade das primeiras elaborações, o fabrico do vinho ganhou sofisticação ao longo do tempo. A bebida agradava em cheio ao povo, em especial às classes dominantes, estas muito mais exigentes quanto à qualidade. Percebendo esta particular demanda, vinhateiros mais perspicazes passaram a caprichar em seus produtos. Escolhiam as melhores uvas, embalavam o vinho em ânforas de paredes mais espessas, identificadas com o nome do produtor, o local do vinhedo e a safra e as enterravam para maturação do produto. Assim permaneciam durante meses – até anos – o que lhes encarecia o preço. Eram os grands crus da época, só acessíveis aos abastados, enquanto o povo simples bebia o vinho corrente vendido a granel tão logo acabava a fermentação. Nesse aspecto a situação não mudou muito até hoje. As falsificações, como nos dias atuais, já existiam naquele tempo, tanto que o Código de Hamurabi (4.000 a.C.) previa severas penas aos contrafatores.

Cumpre observar que as classes sacerdotais das diversas civilizações tornaram o vinho uma bebida sagrada, que deveria ser oferecida aos deuses em grandes quantidades e que por ela nada pagavam. Afinal, quem ousaria cobrar de Amon-Ra, de Baal, de Dyonisos ou de Baco ? Imagine-se o tamanho dos pileques no interior dos templos. Que o digam os Mistérios de Elêusis gregos e as Bacanais romanas.

Os egípcios amavam o vinho e acreditavam em outra vida material se suas almas superassem o Julgamento de Osíris. Por isso as tumbas dos faraós eram generosamente abastecidas. Quando Carter descobriu a tumba intacta de Tutancâmon, em 1922, ali encontrou centenas de ânforas lacradas e identificadas por produtor e safra, vazias pela evaporação.

Os romanos, assim como os gregos, foram grandes consumidores. Além de beber à farta, empregavam-no como remédio e antisséptico para pensar feridas de guerra. Quando partiam para as conquistas levavam quantidades imensas de vinho. Cada legionário recebia cerca de dois litros por dia. Tinham também seus grands crus, com destaque para o Opimianus e o Falerno, caros e reservados aos ricos.

Cristo, além de transformar água em vinho, adotou-o como símbolo de seu próprio sangue. O ritual da Santa Ceia se repete nas missas cristãs, de tal sorte que a cada minuto há um padre bebendo vinho em algum lugar do mundo. O cristianismo, portanto, deu inestimável incremento à vitivinicultura. Na Idade Média os monges e os senhores feudais assumiram o monopólio dos grandes vinhedos da Europa, de onde obtinham imensos lucros.

Com a Revolução Francesa (1789) e a Unificação da Itália (concluída por Garibaldi em 1870) as terras da Igreja e da nobreza foram desapropriadas e a maior parte dos vinhedos foi distribuída àqueles que de fato os cultivavam. Esses dois países, grandes produtores, com pequenas variações mantêm até hoje o mesmo sistema de identificação por regiões, das quais saem os vinhos mais caros do mundo. A primeira região demarcada do mundo foi a dos vinhos do Porto, em 1756, por obra do Marquês de Pombal, o todo poderoso primeiro-ministro de D. José I. A Hungria, porém, disputa a primazia, alegando que a demarcação da região de Tokay foi anterior. A diferença está em que a do Porto o foi por lei e a de Tokay por acordo entre produtores.

Nas Américas a vitivinicultura foi introduzida pelos jesuítas no século XVII, via México, Peru, Chile e Argentina, com a uva conhecida por Mission ou Criolla Chica, até hoje cultivada . Em 1532 Brás Cubas plantou vinhas na Baixada Santista e no Planalto de Piratininga, no atual bairro do Tatuapé, na Capital paulista, sem maior sucesso. No R.G. do Sul, em 1626, na região missioneira, o Pe. Roque Gonzalez de Sta. Cruz introduziu a videira. Esta não perdurou muito e ele acabou martirizado pelos guaranis. Só a partir do final do século XIX é que a viticultura foi reiniciada no Brasil. É curioso observar que os Estados Unidos e o Canadá sempre tiveram variedades autóctones de videiras, mas os nativos nunca descobriram o processo da vinificação, limitando-se a consumir as uvas ao natural.

Das mais remotas eras a esta parte a cultura do vinho só fez por se expandir. Além das Europas Ocidental e Oriental,, das Américas do Norte e do Sul, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Líbano, Turquia, Marrocos, Argélia e Tunísia, o vinho vem sendo produzido em países improváveis como Egito, Israel, Índia, China, Japão e até mesmo na tropicalíssima Cuba.

Dos cerca de 130 milhões de hectares cultivados na Terra, os vinhedos ocupam perto de 9 milhões, ou seja, cerca de 7%, onde vicejam mais de 7 bilhões de videiras. De cada 100 habitantes do planeta, pelo menos 1 (um) está ligado à indústria do vinho – como agricultor, elaborador, comerciante, transportador, fornecedor de produtos e prestador de serviços nos diversos setores do ramo – o que não é pouco para a cultura de um único produto !

**Desembargador aposentado*

VI ENCONTRO ESTADUAL DE ALUNOS DA ESMESC

Formação humanística e novo CPC dominam os debates

O VI Encontro Estadual dos Alunos da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC) reuniu cerca de 150 participantes no último final de semana na Capital. O evento, que começou no dia 23/6 e prosseguiu no sábado (24/6) pela manhã, debateu temas como direitos humanos, iniciativas na área sócio-educativa, acesso à Justiça, controle de convencionalidade e aspectos do novo Código de Processo Civil. O evento teve como objetivo integrar Magistrados, Docentes, Alunos e egressos dos módulos da Sede, em Florianópolis, e das Extensões pelo Estado.

Após as boas vindas dadas pelo diretor geral da ESMESC, Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, pela diretora de extensões, Juíza Andréia Regis Vaz, e pela diretora cultural, Juíza Ana Cristina Borba Alves, teve início a primeira palestra do encontro, proferida pelo Juiz catarinense Fernando de Castro Faria, com o tema "Educação para os Direitos Humanos". O Magistrado fez uma análise histórica do assunto e destacou a importância de se difundir cada vez mais o tema, como forma de desconstruir a máxima de que "direitos humanos só servem para proteger criminosos". Ressaltou ainda a relação intrínseca entre democracia e direitos humanos. "Quanto mais um país respeita os direitos humanos, mais democrático ele é", lembrou, acrescentando que o Brasil, apesar de ser um país democrático, segue violando direitos humanos.

Em seguida, o Juiz gaúcho Dalmir Franklin de Oliveira Júnior apresentou o painel "Socioeducação por meio da arte", em que falou do projeto que coordena em Passo Fundo no Rio Grande do Sul e que visa recuperar adolescentes infratores por meio da música. Aos alunos, Dalmir sugeriu a importância de se vivenciar a realidade social de quem vai ser julgado. "Sentir, ver o que as pessoas estão passando. Isso é muito importante. Não podemos ficar julgando apenas com base no que está no papel", frisou.

Antes do intervalo, a ESMESC abriu espaço para o lançamento de três obras: "O STJ e os ricos – a cartilha neoliberal", do Desembargador Lédio Rosa de Andrade; "Escudo de Vidro", do Juiz Fernando de Castro Faria; e "Privatização de Presídios", do aluno Anthoni Thiesen.

Os trabalhos foram retomados com a palestra "O papel da Justiça Comunitária na democratização do acesso à Justiça", proferida pela Juíza Gláucia Falsarella Foley, que atua no Distrito Federal. Ela compartilhou com os alunos o seu projeto em funcionamento há 17 anos na região da Ceilândia, em Brasília, que tem como foco o trabalho de mediação comunitária. "A mediação comunitária não se limita a uma técnica de resolução de conflito. Ela tem como objetivo construir uma Justiça mais emancipadora. E para isso é preciso incentivar a comunidade a ser mais participativa e protagonista na resolução dos seus conflitos", assinalou.

A conferência "O controle de convencionalidade", ministrada pelo Juiz José Henrique Torres, encerrou o primeiro dia do encontro. Ele também retratou a importância da luta em favor dos direitos humanos na sociedade. "Os direitos humanos servem justamente para proteger os mais vulneráveis. Não se esqueçam, quando estiverem em seus gabinetes, que a nossa Constituição possui princípios fundamentais. Ela diz claramente que vivemos num Estado democrático e humanista de Direito. É para isso que estudamos tanto para fazer concurso: para proteger os direitos humanos. Se um Juiz não serve para proteger os direitos humanos, ele não há de servir para nada", pontuou.

Especialistas debatem mudanças advindas do novo CPC

"Direito é partilhar, não é a arte de um só". A frase do Juiz Marcelo Elias Naschenweng, coordenador do VI Encontro Estadual de Alunos da Esmesc, deu o tom dos trabalhos da manhã de sábado (24/6).

O evento teve continuidade com palestra do Desembargador Federal Aluísio Gonçalves de Castro Mendes, que fez um balanço das principais inovações advindas do novo CPC. "Ele manteve a coluna vertebral do código de 1973, mas com algumas mudanças importantes", pontuou. Segundo Mendes, o novo CPC estimula a mediação e o uso de soluções consensuais para resolução de conflitos. "Ainda temos péssimos índices (soluções consensuais) perto do que se tem em outros países, mas a tendência é que esse número cresça", assinalou.

Na sequência, o Professor Doutor Rafael Alem Mello Ferreira explanou sobre o tema "Processo democrático: A teoria de Jürgen Habermas e o novo Código de Processo Civil". Em sua fala, Ferreira abordou a importância da academia em seu papel de identificar os problemas do Direito. "Mas de nada adianta a academia distante da prática. Por isso esses debates com os operadores do Direito são tão importantes", garantiu ele, e complementou: "Direito sem legitimidade é um Direito manco".

Encerrando o evento, o Professor e Mestre em Direito Luiz Gustavo Lovato abordou o tema "Decisões parciais: forma, conteúdo e natureza jurídica", onde fez algumas considerações sobre o andamento do processo, que, segundo ele "é uma entidade complexa e não pode ser confundido com procedimento". "Ele deve ser encarado tanto pela relação existente entre os seus atos, como da que se estabelece entre os seus sujeitos".

RECONHECIMENTO

Novos Caminhos conquista Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC

O case "Programa Novos Caminhos: Qualificando para a vida e o trabalho adolescentes inseridos em Serviços de Acolhimento no Estado de SC" é um dos 15 vencedores do Prêmio Empresa Cidadã 2016, promovido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil em Santa Catarina (ADVB/SC), na categoria Participação Comunitária. A entrega da premiação acontecerá no dia 20 de julho, no Hotel Lang Palace, em Chapecó.

Os cases inscritos foram avaliados por uma comissão julgadora formada por membros da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing): Flávio Martins, Marlise Alves, Liliane Basso, Genaro Galli e Diego Costa. Foram levados em conta a relevância da iniciativa, originalidade do projeto, o resultado, o benefício e alcance do mesmo. A avaliação foi feita entre 03 e 18 de junho.

Desde 2013, o Programa, uma parceria entre a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) tem mudando a realidade e dado uma nova oportunidade de futuro para os adolescentes que vivem em casas de acolhimento. O programa, que atualmente também conta com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), oferece aprendizado técnico e trabalho para jovens a partir de 14 anos que estão sob a tutela do Estado.

Segundo dados do TJ/SC, o Estado de Santa Catarina possui 170 programas sociais, que acolhem 1,3 mil crianças e adolescentes, dos quais 373 têm mais de 14 anos. Até agora, mais de 650 jovens foram atendidos pelo Novos Caminhos em 76 municípios catarinenses e, destes, 126 já inseridos no mercado de trabalho.

■ SOBRE O CASE

O Programa Novos Caminhos oferece preparação profissional por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC), da educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do complemento da educação básica do Serviço Social da Indústria (SESI), que também realiza cursos de prevenção a drogas e álcool e a doenças sexualmente transmissíveis.

O projeto é desenvolvido em três etapas. Primeiro, os jovens participam do Programa Profissional do Futuro. Trata-se de um conjunto de nove capacitações que visam à aquisição de conhecimentos, atitudes e comportamentos importantes para o exercício de qualquer profissão. Esse programa foi elaborado com base em competências consideradas importantes por diversas empresas-clientes do IEL/SC e que podem ser desenvolvidas para estagiários, estudantes e demais profissionais em início de carreira.

Na segunda fase é realizado um trabalho de identificação do nível de escolaridade dos jovens, encaminhamento para cursos de aprendizagem, qualificação ou técnico. Posteriormente, são encaminhados para a indústria. A terceira etapa é o acompanhamento dos jovens por cinco anos.

Estudantes de Chapecó participam de aula inaugural

Cerca de 30 jovens foram recepcionados, no dia 7/6, durante aula inaugural no SENAI Chapecó. A turma do Programa Novos Caminhos deste ano terá uma série de atividades que contribuirão para sua vida pessoal e profissional. Os adolescentes participarão de encontros com cursos e palestras no Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC), Serviço Social da Indústria (SESI/SC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC).

Entre os temas que serão abordados estão postura profissional para o mundo do trabalho, criatividade, flexibilidade e inovação, liderança, empreendedorismo, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, prevenção ao uso de álcool e outras drogas, organização e planejamento, ética, significado do trabalho, educação ambiental, finanças pessoais, propriedade intelectual, tecnologia da informação e da comunicação, fundamentos de logística, desenho arquitetônico, informática e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Juiz da Vara da Família, Infância e Juventude de Chapecó, André Millani, disse que o programa é de extrema importância para a formação dos jovens. "Foi um divisor de águas no sistema de acolhimento, sem ele os caminhos desses jovens seriam outros. É um projeto excepcional com o intuito de inserir no mercado de trabalho os jovens acolhidos com pouca projeção de serem direcionados para adoção, contribuindo para sua autonomia. As instituições parceiras proporcionam amparo social, afetivo e fornecem princípios para que sejam bons cidadãos", frisou.

O Novos Caminhos integra o Movimento Santa Catarina pela Educação e está na base da cultura do sistema FIESC e SENAI, que é a educação. O programa é uma iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC), Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio). Conforme o desempenho dos jovens, pode ser disponibilizado para eles um curso técnico de forma gratuita.

PIONEIRISMO

Mestrado de analista do PJSC incentiva o Direito Sistêmico

A analista jurídica Magda Fiegenbaum, lotada na comarca da Capital, constela-dora sistêmica e mestranda da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), comemora a decisão da instituição de introduzir o estudo do Direito Sistêmico na graduação e no mestrado profissional decorrente de convênio UFSC-TJSC. A iniciativa teve o apoio da professora Grazielly Alessandra Baggenstoss, doutora e pesquisadora em pensamento sistêmico, e orientadora do projeto de mestrado criado pela servidora do Judiciário catarinense, e conta com a coorientação de Daniele Tedesco, formada em Psicologia, formadora em constelações sistêmicas e pesquisadora da técnica desde 2004.

O estudo da Analista envolve a aplicabilidade prática das constelações sistêmicas – dinâmica rápida desenvolvida sob o conhecimento de vários precursores das mais variadas matrizes teóricas, como pensamento sistêmico e teoria geral dos sistemas, cibernética da comunicação, fenomenologia, psicologia sistêmica, dentre outros, no sentido da substituição de um modelo de pensamento linear (causa-efeito) pelo circular (relacional), cuja ideia principal gravita pela noção de interação entre elementos constituintes de um sistema – como método potencializador do restabelecimento do diálogo e de solução efetiva dos conflitos, capaz de esclarecer percepções equivocadas que se escondem por detrás das demandas judiciais, trabalhando padrões destrutivos do comportamento e da interação das partes com o grupo familiar, prevenindo futuros litígios.

O nome é originário do alemão "Familienaufstellung", que, numa tradução literal, pode ser entendido como "posicionamento familiar". O verbo stellung (posicionar), porém, foi traduzido para o inglês como constellate, no sentido de formar/agrupar, e a tradução do inglês para o português não levou em conta a verdadeira acepção da palavra, importada para nossa língua como "constelar".

Utilizada amplamente na Europa há cerca de 30 anos e já difundida no mundo, amedida "possui uma eficácia maior na resolução de litígios, já que, através de sua aplicação, conseguimos acessar informações que não são conscientes quando umconflito se mostra. Por meio da representação tridimensional dos membros do núcleo familiar envolvido, é possível acessar certas dinâmicas, perceber onde existe algum bloqueio ou emaranhado, e trazer à luz toda informação sobre questões truncadas, obscuras e desconhecidas que fazem com que surja o confronto",ressalta Magda, que estuda e pesquisa a técnica desde 2012.

Desta forma, a ferramenta, que tem o amparo da Resolução CNJ n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estimula práticas que proporcionam tratamento adequado dos conflitos de interesse do Poder Judiciário, auxilia na identificação do que está em desequilíbrio e possibilita às partes envolvidas que se compreendam melhor, vejam o problema, reorganizem a situação conflituosa, percebam e sintam com maior clareza qual o caminho para a solução efetiva, pacífica e consensual. O que se espera a partir daí é que a retomada do diálogo aconteça de forma mais tranquila e harmoniosa, possibilitando um espaço mais humano e eficiente na pacificação.

O projeto-piloto já está funcionando no escritório modelo da UFSC, na área familiar, com a participação de 12 alunos da 7ª fase do curso de Direito. É restrito aos clientes do escritório e funciona às quintas-feiras, das 9h às 11h50. "Os alunos selecionam os conflitos familiares que chegam até eles – que são geralmente de guarda, divórcio e pensão alimentícia –, e, durante a entrevista, sugerem a participação dos envolvidos nessa vivência. Em havendo interesse, agendamos a sessão de constelação com a presença do assistido, na qual os próprios alunos passam a representar os integrantes dos núcleos familiares trabalhados", explica a Analista, que visa à ampliação do projeto para varas da Capital.

"Uma das consequências mais bonitas é que começamos a perceber que nenhum sistema é igual ao outro, embora muitas vezes os problemas sejam exatamente os mesmos – o que automaticamente nos gera uma postura de não julgamento. Passamos a enxergar verdadeiramente o outro, com humildade e respeito, já que, por meio desse trabalho, constatamos nitidamente que um comportamento é, muitas vezes, inconsciente e decorre da lealdade do indivíduo para com seu grupo familiar", declara.

A servidora esclarece que conflitos levados para uma sessão de constelação não são restritos a questões de origem familiar, podendo abarcar situações como violência doméstica, endividamento, inventários, adoção, abandono e, inclusive, de âmbito empresarial e organizacional (ramo das denominadas constelações organizacionais).

A UFSC é a primeira instituição de ensino público brasileira a estudar cientificamente o método e aplicar, na modalidade de extensão, a técnica para pacificação de conflitos familiares – que também vem sendo adotada com sucesso por Juízes e Servidores (que possuem formação em constelações sistêmicas) de Tribunais de pelo menos 11 estados (Goiás, São Paulo, Rondônia, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas e Amapá) para ajudar a solucionar conflitos na Justiça, devido aos altos índices de resolução, que surpreendem.

■ **FUTEBOL:** A equipe catarinense foi eliminada do XXIV Campeonato Nacional de Futebol Máster, realizado em Goiânia (GO). Depois de vencer por 7 x 2 o time do Rio Grande do Norte na manhã do dia 9/6, os catarinenses voltaram a campo à tarde contra os Magistrados capixabas. Os times disputaram a vaga nas semi-finais e, depois de um 2 x 2 no tempo regulamentar, quem levou a melhor nos pênaltis foi o time do Espírito Santo, que venceu por 4 x 2. A AMAGIS (MG) venceu a final contra a AJURIS (RS), por 2 x 0. Participaram da competição cerca de 300 associados (divididos em 17 delegações de todo País). O evento foi organizado pela AMB, em parceria com a Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego).

PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE

Juiz participa de sessão na ALESC sobre situação do sistema prisional

As condições do Presídio Regional de Joinville foram debatidas, na manhã do dia 22 de junho, em sessão no Plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). O Diagnóstico do Sistema Prisional de Joinville, uma realização da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Joinville, é resultado de inspeções realizadas entre julho e novembro de 2016 em todas as alas do presídio.

O Juiz João Marcos Buch, responsável pela Vara de Execuções Penais e Corregedor do Sistema Prisional da Comarca de Joinville, também participou da sessão. Ele falou sobre a atual política de encarceramento e da necessidade do uso de penas alternativas. "Se nós viemos à casa da cidadania é porque acreditamos no parlamento. Tenho certeza que todos querem caminhar de madrugada pelas ruas da cidade e não sentir medo. E nós temos sentido muito medo. O nosso sistema, não compreendendo as reais causas da insegurança, tem caminhado, equivocadamente, para o encarceramento. Estou lutando por um olhar mais atento para o presídio, mas isso não está acontecendo. Nós temos que cumprir a lei. Existe uma lei que se chama lei de execução penal e que precisa ser cumprida. Se não cumprirmos a lei e garantirmos o direito de todas as pessoas, seremos cobrados no futuro. Mas estamos fazendo escolhas equivocadas. É preciso tomar uma atitude urgente", reforçou.

Entre as dificuldades trazidas no relatório da OAB estão a superlotação, os problemas estruturais dos prédios e recursos humanos insuficientes, além da ilegalidade de presos condenados cumprindo pena no presídio, quando deveriam estar na Penitenciária Industrial de Joinville. "Encontramos uma situação totalmente deplorável. Um cenário de guerra ou de pós-guerra", ressaltou o Advogado Nicholas Alessandro Alves Medeiros, membro da Comissão Especial da OAB Joinville, que apresentou o relatório aos deputados.

O documento indica, ainda, sugestões para que, por meio de ações de curto, médio e longo prazo, o governo do Estado resolva os problemas apontados. Entre eles estão, além da reforma estrutural, a execução de penas alternativas para diminuir o número de presos provisórios; a separação dos presos conforme a determinação da Lei de Execução Penal, com divisão por crimes; e oportunidades de atividades, tanto de trabalho, quanto de educação, com práticas esportivas e culturais.

■ **EDUCAÇÃO FINANCEIRA:** Os Juízes Yhon Tostes e Rafael Maas dos Anjos participaram, no dia 28/6, na sede da subseção da OAB, em Joinville, do 2º Seminário de Educação Financeira e Familiar.

Além dos Magistrados da comarca de Joinville, o seminário contou com palestras do Advogado Walter Baracho, Presidente da Comissão de Direito Bancário de Joinville, e do Economista Cláudio Loetz, articulista econômico do Jornal A Notícia.

No ano passado, o Juiz Yhon Tostes iniciou um projeto com a Câmara de Vereadores e a OAB, Seccional de Joinville, para dialogar sobre o consumismo e a necessidade de um melhor controle do orçamento familiar, diante dos inúmeros problemas com dívidas que afetam a todos. Graças à repercussão da iniciativa, a OAB encampou a ideia este ano, com o objetivo de ampliar o debate com a sociedade sobre os direitos e, principalmente, os deveres dos consumidores.

■ **VISITA:** O Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Desembargador Odson Cardoso Filho, recebeu na tarde do dia 14/6, na Sede Administrativa da entidade, a visita do Defensor Público-Geral Ralf Zimmer Junior.

Em pauta, assuntos institucionais e de interesse da Magistratura e da Defensoria Pública de Santa Catarina, como a melhoria do Sistema de Justiça.

COMEMORAÇÃO

Festa Junina reúne 300 pessoas na Sede Balneária

Cerca de 300 pessoas, entre Associados e seus Familiares, compareceram à Festa Junina da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), realizada no dia 17 de junho, na Sede Balneária da entidade, localizada na Cachoeira do Bom Jesus.

O evento contou com barracas de comidas típicas, apresentações musicais e a tradicional quadrilha. A banda Trio Erva Rasteira, que toca músicas do estilo forro pé de serra, animou a festa.

Além dos deliciosos quitutes, os participantes puderam saborear um cardápio bem variado, com cachorro-quente, pipoca, bolos, pinhão, doces e espetinhos de carne. Para melhor atender o público infantil, foram contratados os serviços de uma equipe de recreadores, que recepcionou as crianças e desenvolveu diversas atividades.

COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Florianópolis sediará Fórum Nacional

Entre os dias 10 a 12 de agosto, Florianópolis sediará a primeira edição do Fórum Nacional de Juízes Criminais (FONAJUC), cujo tema central será o aprimoramento da Justiça Criminal e enfrentamento ao crime organizado. O evento, que conta com o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Escola Nacional da Magistratura (ENM), será realizado nas dependências do Costão do Santinho Resort. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o dia 31 de julho.

O presidente da AMB, Jayme de Oliveira, vai presidir a mesa de abertura, que terá a presença do Ministro do Superior Tribunal Militar (STM) José Barroso Filho. A palestra inaugural será feita pelo Corregedor Nacional de Justiça, João Otávio de Noronha.

O I FONAJUC tem coordenação geral da Juíza Rogéria José Epaminondas Tomé Silva (TJ/AC). A vice-coordenadora é a Juíza Larissa Pinho de Alencar Lima (TJ/RO) e como coordenadora local a Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer (TJ/SC).

Criado em maio por Magistrados dos Tribunais de Justiça Estaduais, o Fórum já possui a adesão de mais de 250 Juízes Criminais em todo Brasil. A principal finalidade do encontro é o aperfeiçoamento, a uniformização de procedimentos, a disseminação de boas práticas e o acompanhamento de propostas legislativas e implementação de políticas públicas da área criminal.

■ INSCRIÇÕES

Foram disponibilizadas 200 vagas. Podem participar Magistrados que atuam na área criminal ou interessados pelo tema. Despesas com passagem, hotel e demais custos ficam a cargo do participante. A inscrição é gratuita e pode ser feita no site da ENM (http://www.enm.org.br).

■ 30 ANOS DE CARREIRA: Um grupo de Magistrados comemorou os seus 30 anos de carreira na Magistratura com um agradável jantar na Capital. Participaram do encontro Luiz Fernando Boller, Ronaldo Moritz Martins da Silva, Cláudio Waldyr Helfenstein, Periandro Alves Balbino, Jairo Fernandes Gonçalves, Antônio Carlos Anselmo, Aliatar Farias de Medeiros, Ricardo José Roesler, Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva e Júlio César Knoll. Por motivos pessoais não puderam comparecer os Magistrados Vitoraldo Bridi, Fernando de Medeiros Ritter, Sônia Maria Schmitz e Jorge Antônio Maurique.

Novas aquisições da Biblioteca da Esmesc

■ DIREITO PENAL

Cleber Masson
Direito Penal - Volume 2 e Volume 3 - Parte Especial - 2017

Emerson Wendt
Internet & Direito Penal - 2017

Eugênio Pacelli - Douglas Fischer
Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência - 2017

Fabrício Castagna Lunardi - Luiz Otávio Resende
Curso de Sentença Penal - 2017

José César Naves de Lima Junior
Dosimetria da culpa: Caminhos para elaboração de uma sentença penal - 2017

Rogério Sanches Cunha
Manual de Direito Penal - Parte geral e Parte especial - 2017

■ DIREITO TRIBUTÁRIO

Eduardo Sabbag
Manual de direito tributário - 2017

Paulo de Barros Carvalho
Curso de direito tributário - 2017

Ricardo Alexandre
Direito Tributário - 2017

■ DIREITO CIVIL

Flávio Tartuce
Coleção Direito Civil - 6 Volumes - 2017
1 - Lei de introdução e parte geral;
2 - Direito das obrigações e responsabilidade civil;
3 - Teoria geral dos contratos e contratos em espécie;
4 - Direito das coisas;
5 - Direito de Família;
6 - Direito das Sucessões

■ TEMAS DIVERSOS

Guilherme Freire de Melo Barros
Direito da criança e do adolescente - 2017

Leonardo de Medeiros Garcia
Direito do consumidor - 2017

Paula A. Forgioni
Os fundamentos do antitruste – 2017

Alexandre Morais da Rosa
- Guia do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos - 2017
- Guia compacto do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos - 2017

Andréia Pachá
A vida não justa - 2017
Segredo de Justiça - 2017

Armando Casimiro Costa Filho, Manoel Casimiro Costa, Melchiades Rodrigues Martins, Sonia Regina da S. Claro.
CLT-LTr - 2017;

Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero
Novo Código de Processo Civil Comentado - 2017;

Luiz Regis Prado
Curso de Direito Penal Brasileiro - Volume I - Parte Geral - 2017
Curso de Direito Penal Brasileiro - Volume II - Especial - 2017

Marçal Justen Filho
Curso de Direito Administrativo - 2016;

ZONAS ELEITORAIS

AMC pede apoio aos parlamentares catarinenses

A Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, na condição de presidente em exercício da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), acompanhada do Desembargador Artur Jenichen Filho, diretor do Departamento de Mútua e Convênios da AMC, esteve reunida no dia 7/6 com o presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), Silvio Dreveck, para tratar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral que prevê a redução do número de zonas eleitorais em todo o país.

De acordo com a Juíza Jussara Wandscheer, o encontro teve como objetivo angariar o apoio dos deputados catarinenses contra a resolução editada pelo TSE. “Esperamos contar com o apoio do Parlamento catarinense, no sentido de manter o atual quadro e forma de distribuição das Zonas Eleitorais, que possui considerável capilaridade e atende aos anseios da Sociedade catarinense”, frisou.

Na oportunidade, foi entregue um ofício, no qual a AMC externa a sua preocupação e manifesta discordância com a “inoportuna concentração e consequente esvaziamento da Justiça Eleitoral, iniciados a partir da edição da Resolução TSE n. 23.512, de 16 de março de 2017, que altera as regras de distribuição dos serviços eleitorais em todo o País”.

O documento acrescenta que, “com a falsa justificativa de diminuição de custos, a readequação das Zonas Eleitorais a partir de critérios mais rigorosos implicará no nocivo afastamento do eleitor e do jurisdicionado do Juízo correspondente, comprometendo seriamente o cadastro, o controle e o transcurso do processo eleitoral, seja no tocante à inscrição dos habilitados a votar e organização dos trabalhos de cada pleito, seja quanto ao efetivo exercício dos atos típicos da jurisdição”.

Nota Pública da FRENTAS sobre as declarações do Ministro Gilmar Mendes

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS), congregando mais de 40 mil juízes e membros do Ministério Público, tendo em vista as declarações feitas pelo Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, com críticas a atuação de juízes e promotores no que chamou de “momentos de disfuncionalidade completa” do Poder Judiciário e do Ministério Público, vem manifestar seu repúdio a qualquer tentativa de desqualificação do importante trabalho que o Judiciário e o Ministério Público estão realizando.

O Ministro Gilmar Mendes, mais uma vez, se vale da imprensa para tecer críticas a decisões judiciais, o que faz em frontal violação ao art. 36 da Lei Orgânica da Magistratura, que proíbe a membros do Judiciário manifestarem, por qualquer meio de comunicação, juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças.

Ao chamar de abusivas investigações e prisões processuais que foram decretadas pelo Poder Judiciário, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, a requerimento do Ministério Púbico, Gilmar Mendes abandona a toga e assume a postura de comentarista político, função absolutamente incompatível para quem integra o Supremo Tribunal Federal.

Magistrados ou membros do Ministério Público, ao exercerem suas funções constitucionais, simplesmente estão aplicando as leis aos casos que lhe são submetidos, podendo suas decisões ou denúncias serem revistas ou questionadas dentro do devido processo legal.

O que não é admitido e não pode ser tolerado é que um magistrado, qualquer que seja ele, se valha do cargo e do poder que titulariza para ser porta-voz de interesses que, em última análise, buscam, a qualquer custo, barrar os avanços das investigações e punições a todos aqueles que nas últimas décadas sangraram os cofres públicos do País.

A Operação Lava-Jato é um marco no processo civilizatório do Brasil e por isso qualquer tentativa de obstrução contra ela não será permitida pelo conjunto dos cidadãos brasileiros.

Roberto Carvalho Veloso
Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE)
Coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS)

Jayme Martins de Oliveira Neto
Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Guilherme Guimarães Feliciano
Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)

Norma Angélica Cavalcanti
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)

Elísio Teixeira Lima Neto
Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT)

Clauro Roberto de Bortolli
Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM)

Angelo Fabiano Farias da Costa
Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)

José Robalinho Cavalcanti
Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)

Fábio Francisco Esteves
Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (AMAGIS DF)

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DA DESEMBARGADORA CINTHIA BEATRIZ DA SILVA SCHAEFER

A arte de julgar com sensibilidade e equilíbrio

Quando encerrou o ensino médio, em Porto Alegre, a adolescente Cinthia tinha como objetivo ser jornalista. Para lá de extrovertida, gostava de conversar, ouvir os amigos e estar na rua. Contudo, os primeiros semestres do curso de Comunicação Social não estavam dentro daquilo que havia esperado e, por isso, decidiu bater na porta das salas de aula do curso de Direito.

A opção foi por acaso, afinal, não havia influência profissional de familiares ou pessoas próximas. E daí para frente, como se pode concluir, a escolha deu certo. "Não havia ninguém em que pudesse me espelhar, já que meus pais trabalhavam em áreas distintas. Quando comecei o curso, um professor, que era Juiz, vivia comentando sobre a carreira judicante. Achei a área interessante, vi que se encaixava com o que planejava para o meu futuro e aqui estou", revela.

Cinthia formou-se em Direito em 1988, pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo, cidade vizinha da Capital gaúcha. Dois anos foram necessários para que ela desembarcasse em Florianópolis, aos 25 anos, para prestar concurso à Magistratura catarinense. Também realizou provas no Rio Grande do Sul. Lá, ela passou nas primeiras fases, mas aqui a seleção foi mais rápida e, então, acabou ingressando na Justiça catarinense.

De 1990 para cá, a Magistrada, hoje Desembargadora, fez um tour por Santa Catarina, principalmente pelas regiões Oeste e Sul. Iniciou em Abelardo Luz, passou por São Domingos, Xanxerê, Araranguá, Sombrio, Turvo, Tubarão, Laguna, Xaxim, Videira, Curitibanos e Rio do Sul, esta última onde ficou por 12 anos.

"Gostava muito das Comarcas do Litoral, mas acabei me identificando mais com Rio do Sul, também em razão da família. Minha filha estava entrando na 1ª série do Ensino Fundamental e queria que ela criasse um grupo de amigas. Acabei ficando e gostando muito da cidade. Meu marido e meu filho moram lá e costumo passar os finais de semana com eles", conta.

No município do Alto Vale do Itajaí, a Juíza atuou na maior parte da carreira na área criminal, lidando com questões "pesadas", diariamente. Por outro lado, fez questão de criar laços com a comunidade local, tendo como um dos objetivos a promoção de ações que ajudassem o desenvolvimento dos adolescentes da região.

O trabalho voluntário na Casa Lar de Rio do Sul é uma das iniciativas que mais lhe deixam emocionada, ao ver que os esforços deram resultados. "O abrigo estava em péssimas condições. Para recuperá-lo, fui muitas vezes cobrar estacionamento, em shows que ocorriam na cidade. Quando sai de lá, o lar estava totalmente reformado e bem estruturado", revela.

Por sua atuação no Judiciário, bem como aos serviços voluntários, a Câmara de Vereadores homenageou-lhe com o Título de cidadã riosulense. Durante o período em que atuou na região, também recebeu outras condecorações das polícias Civil e Militar do município.

■ CAUSOS DA MAGISTRATURA

Todo o Magistrado, pela própria essência da carreira, convive diariamente com dramas e conflitos sentimentais inerentes aos seres humanos. E com Cinthia, em seus longos anos de carreira, não seria diferente. Num dos tantos casos criminais que julgou, ela passou de coadjuvante a protagonista, em uma audiência do Tribunal de Júri, na Comarca de Abelardo Luz. O filho da vítima queria vingar a morte do pai e acabou apontando um revólver para o rosto da Magistrada, em uma situação de total de desespero. "Foi um tremendo susto, já que recém havia entrado para a Magistratura. No entanto, mantive a calma e, com o auxílio da polícia e dos servidores do Fórum, conseguimos reverter a situação", relata.

A esfera criminal é a preferida da Magistrada e à qual ela mais se dedicou, durante a carreira. Fora responsável pela execução e correição penal de várias comarcas por onde passou, área em que também enfrentou situações delicadas. "Em duas rebeliões, no Vale do Itajaí, tive que negociar diretamente com os detentos. Ficamos por 24 horas em negociação", revela. Tamanho empenho às questões prisionais fizeram o Conselho Nacional de Justiça convidá-la para atuar como Juíza Auxiliar em inspeções a penitenciárias e presídios de várias partes do país. Nesse período, ela pôde constatar a realidade, há tempos divulgada pela imprensa, do precário Sistema Prisional brasileiro, principalmente nos estados mais pobres do país.

Formada em psicologia em 2010, a Magistrada conseguiu aliar a experiência jurídica aos conhecimentos comportamentais humanos, na hora analisar os processos e os tratamentos dados às vítimas e agressores. Uma das constatações é, justamente, referente a forma que se busca a recuperação dos condenados por violência sexual. "Nesses casos, não acredito que a simples reprimenda irá tratar o agressor. Seria necessário um tratamento muito mais eficaz, o que não existe. Colocar a pessoa num presídio e esquecê-la lá dentro, ainda mais com as condições atuais, só piora a situação. Todo esse sistema deveria ser repensado. É por isso, os índices de reincidência são tão altos", reflete.

Na área da psicologia, a Magistrada ainda realizou trabalhos voluntários no atendimento a vítimas e agressores, envolvidos em violência sexual, ainda quando estudava na Unidavi, em Rio do Sul. Para ela, a formação trouxe uma nova forma de ver a vida. "A tendência do Juiz Criminal é ficar uma pessoa muito dura, porque só convive com coisas pesadas. E a psicologia te ajuda a voltar a ter sensibilidade, a enxergar o outro como um ser em movimento, que nada é estático e que as pessoas podem mudar", acrescenta a juíza, que se considera uma "julgadora equilibrada" e prefere se embasar pela análise técnica, do que se guiar por métodos alternativos.

■ "DEIXA A VIDA ME LEVAR"

Após duas décadas de atuação na 1ª Instância, a Magistrada Cinthia tomou posse como Juíza de Direito de 2º Grau, em 2011, fato que a fez se mudar para Florianópolis, acompanhada da filha caçula, de 19 anos, e da enteada. O costume com a rotina dinâmica das audiências de antes, quase que diárias, lhe pediram um tempo de adaptação no Tribunal de Justiça. "É um trabalho diferente do 1º Grau. Aqui já é voltado mais para gabinete, em que a gente se envolve mais no estudo dos casos. Meu perfil é de ter interação com as pessoas, gosto de conversar e saber as opiniões, por isso houve essa necessidade de adaptação". Em março deste ano, ela tomou posse como Desembargadora do TJ/SC.

Quando o assunto é hobby, a Desembargadora aprecia os programas em família e com amigos. Desde que veio para cá, se divide entre as idas à praia e os finais de semana em Rio do Sul. "Adoro o mar, se eu pudesse eu viveria na praia. Fora isso, gosto de cinema, teatros, de sair com os amigos e ir a shows, desde que não sejam de sertanejo. O meu negócio é estar na rua", conta, aos risos.

Já em casa, o carisma e a influência da Magistrada conquistou e, ainda, conquista a família. A genética também deu as caras e fez com que Cinthia distribuísse, em ordem cronológica, as tendências aos filhos. Felipe, o primogênito de 26 anos, seguiu a carreira da mãe e se formou em Direito, recentemente. A caçula Mariana, consequentemente, está cursando psicologia na UFSC. E para fechar a conta, ela ainda apoiou a enteada Karina, quando pensava em mudar de graduação. A jovem fazia Publicidade e Propaganda, acabou se interessando por Jornalismo e, hoje, já está na quarta fase do curso.

Quanto ao futuro, a Desembargadora acredita que ainda tenha muito a contribuir com a sociedade catarinense. Seja como julgadora ou como psicóloga. "A vida vai me levando, no estilo Zeca Pagodinho. Tenho um bom tempo no Judiciário até a minha aposentadoria. Se constatar que a Magistratura não me satisfaça mais ou se eu puder contribuir de outra forma, certamente, seguirei em frente", finaliza.